



Revista Encontros Baobá

PSICOLOGIA AMBIENTAL PARA O ESTUDO DO AMBIENTE

ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY FOR THE STUDY OF THE ENVIRONMENT

PSICOLOGÍA AMBIENTAL PARA EL ESTUDIO DEL MEDIO AMBIENTE

Fátima Maria Araújo Bertini¹

RESUMO

O presente artigo trata acerca da conceituação da Psicologia Ambiental, área da Psicologia que investiga as reciprocidades entre pessoa e ambiente, no entendimento que a pessoa age sobre o ambiente, influencia-no, reestrutura-no, ao passo que o ambiente também a influencia, possui um efeito sobre a mesma e pode modificar o comportamento ou as condutas. Essa compreensão dá ênfase ao fato de que a Psicologia Ambiental não estuda o ambiente como foco único e particular, de forma segregado, ou o indivíduo restrito aos seus processos mentais. Mas, ambiente e indivíduo são analisados no nível das inter-relações entre eles, em suas dinâmicas específicas. Para a análise conceitual, coloca-se a concepção histórico-cultural da relação pessoa-ambiente. Nessa concepção histórico-cultural, leva-se em conta que este ambiente, construído socialmente, denota subjetividades que se constroem na relação com o mundo e apresenta a potência das pessoas para a transformação da realidade, ao mesmo tempo em que transformam a si mesmas. Para o delineamento teórico, apresenta-se as categorias da Psicologia Ambiental, tais como Identidade de Lugar, Simbolismo do espaço, Apropriação do espaço e Afetividade. Por fim, compreende-se que conviver nos ambientes perpassa pela humanização dos espaços, na medida em que os ambientes naturais ou construídos fazem parte dos processos de construção histórico-cultural das subjetividades, imprimindo principalmente os aspectos afetivos nas relações humano-ambientais.

¹Doutora em Psicologia pela PUC/SP. Docente efetiva da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Líder do LAPDEA - Grupo de Pesquisa do CNPq. ORCID: 0000-0002-1754-0359. E-mail: fatimabertini@unilab.edu.br.

Palavras-chave: Psicologia; Psicologia Ambiental; conceitos.

ABSTRACT

This article deals with the conceptualization of Environmental Psychology, an area of psychology that investigates the reciprocity between people and the environment, based on the understanding that people act on the environment, influence it, and restructure it, while the environment also influences them, has an effect on them, and can modify their behavior or conduct. This understanding emphasizes the fact that Environmental Psychology does not study the environment as a single, particular focus in isolation, or the individual restricted to their mental processes. Instead, the environment and the individual are analyzed at the level of their interrelationships, in their specific dynamics. For the conceptual analysis, the historical-cultural conception of the person-environment relationship is used. In this historical-cultural conception, it is taken into account that this socially constructed environment denotes subjectivities that are built in relation to the world and presents people's power to transform reality, while at the same time transforming themselves. For the theoretical framework, the categories of Environmental Psychology are presented, such as Place Identity, Symbolism of Space, Appropriation of Space, and Affectivity. Finally, it is understood that living in environments involves the humanization of spaces, insofar as natural or built environments are part of the historical and cultural construction processes of societies, imprinting on them the subjective and affective aspects of human-environmental relationships.

Keywords: Psychology; Psychology Environmental; concepts.

RESUMEN

El presente artículo trata sobre la conceptualización de la Psicología Ambiental, área de la Psicología que investiga las reciprocidades entre la persona y el entorno, en el entendimiento de que la persona actúa sobre el entorno, lo influye, lo reestructura, mientras que el entorno también la influye, tiene un efecto sobre ella y puede modificar su comportamiento o sus conductas. Esta comprensión hace hincapié en el hecho de que la psicología ambiental no estudia el entorno como un foco único y particular, de forma aislada, ni al individuo restringido a sus procesos mentales. Por el contrario, el entorno y el individuo se analizan a nivel de las interrelaciones entre ellos, en sus dinámicas específicas. Para el análisis conceptual, se plantea la concepción histórico-cultural de la relación persona-entorno. En esta concepción histórico-cultural, se tiene en cuenta que este entorno, construido socialmente, denota subjetividades que se construyen en relación con el mundo y presenta el poder de las personas para transformar la realidad, al mismo tiempo que se transforman a sí mismas. Para el diseño teórico, se presentan las categorías de la Psicología Ambiental, tales como Identidad de Lugar, Simbolismo del espacio y Apropiación del espacio y la Afectividad. Por último, se entiende que convivir en los entornos implica la humanización de los espacios, en la medida en que los entornos naturales o construidos forman parte de los procesos de construcción histórico-cultural de las sociedades, imprimiendo en ellos los aspectos subjetivos y afectivos de las relaciones humano-ambientales.

Palabras clave: Psicología; Psicología Ambiental; conceptos.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Ambiental constitui uma área da ciência psicológica que investiga a relação entre o comportamento dos indivíduos e o entorno físico-social, o ambiente construído ou natural, o aspecto espacial no contexto intersubjetivo das realidades das pessoas.

Os estudos de Psicologia Ambiental abrangem investigações que articulam o contexto físico-social e o individual, na busca da relação entre o todo e o particular. Ou seja, o indivíduo e o que o envolve em uma comunicação e transformação recíprocas, o conjunto interno - subjetivo; e o externo – social, ou o arcabouço psicológico e as inter-relações com o entorno físico e social.

As articulações efetuadas entre o contexto físico-social e o individual são também relações que se associam aos estudos da Psicologia Social. As áreas de Psicologia Social e Psicologia Ambiental estão envolvidas uma na outra, imbricada ou mergulhada, uma vez que os ambientes a serem estudados pela Psicologia Ambiental não se separam das inter-relações acontecidas no social.

Os ambientes, ao contrário, estão inseridos no social, são entornos físico-sociais, estudados pela Psicologia Ambiental em seu aspecto psicossocial, ou seja, no que diz respeito ao indivíduo enquanto sujeito na teia de inter-relações sociais, nas quais se mistura e onde se constrói. Dessa forma, segundo os autores Gunther, Pinheiro e Guzzo (2004:7), “A Psicologia Ambiental se interessa pelos efeitos das condições do ambiente sobre os comportamentos individuais, tanto quanto o indivíduo percebe e atua em seu entorno”.

Mas, pode-se pensar: a Psicologia Escolar (ambiente – a escola); Psicologia Hospitalar (ambiente – Hospital); Psicologia Comunitária (ambiente – comunidade); Psicologia Organizacional (ambiente – organização) não seriam todas Psicologias Ambientais? É algo questionador de fato. Pinheiro (1997) possui o mesmo raciocínio e afirma que não se trata de apenas adjetivar a palavra Psicologia de ambiental, mas de pontuar uma tendência na Psicologia geral de contextualizar o conhecimento, ou o método empregado ou a finalidade pretendida para investigação: o contexto físico social.

Assim, adjetivar a Psicologia de Ambiental significa colocar em evidência o contexto físico-social, onde as inter-relações se processam e se efetuam. Aí, deve-se por ênfase no espaço físico sem deixar de considerar os aspectos psicossociais como desdobramentos de estudos da Psicologia Ambiental.

No estudo do espaço, estão incluídas as investigações acerca da avaliação de ambientes construídos (ponte com a Arquitetura); a avaliação de impactos socioambientais (ponte com a gestão ambiental nas organizações); reestruturação de espaços urbanos e colaboração em Planos Diretores (planejamento urbano).

Os conceitos estudados pela Psicologia Ambiental nessa temática são, a percepção ambiental, a cognição ambiental, atitudes, afetividade, assuntos também estudados na Psicologia Social. Podemos citar algumas categorias próprias da Psicologia Ambiental, como apropriação do espaço, *place-identity* (identidade de lugar), simbolismo do espaço, apego ao lugar, identidade social urbana etc.

As investigações da Psicologia Ambiental não se fazem de forma homogênea, no que diz respeito à perspectiva teórica. Existe uma tendência de outros estudos reforçarem mais a perspectiva comportamental, enfocando a adaptação e controle do comportamento. Por outro lado, existe a perspectiva de investigação da Psicologia Ambiental, que leva em conta aspectos mais próximos da transformação e do diálogo com a realidade.

Direciona-se a uma Psicologia que considere o indivíduo como mediador de mudanças sociais, capaz de refletir acerca de sua construção enquanto sujeito. Mais próxima a esta perspectiva, a presente reflexão traz como referência para a compreensão da Psicologia Ambiental, a Psicologia Histórico-Cultural, a qual leva em conta a dinâmica da construção da subjetividade no processo de historicidade. Nesse processo, o Homem - mediado pelas experiências - simboliza, transforma o meio, identifica-se com este e o constrói, produzindo sua existência.

O Conceito de Psicologia Ambiental

Segundo Pol, Vidal e Varela (1999, p. 321) a Psicologia Ambiental pode ser definida como sendo:

[...] La disciplina que tiene por objeto el estudio y la comprensión de los procesos psicosociales derivados de las relaciones, interacciones transacciones entre las personas, grupos sociales o comunidades, sus entornos socio físicos y los recursos disponibles. Como disciplina científica comparte con otras disciplinas un campo de estudio común configurado por el conjunto de fenómenos que implican directamente a las personas con sus entornos naturales y construidos.

Vê-se aí a tendência em uma definição mais dinâmica da Psicologia Ambiental no sentido de se compreender o indivíduo dentro de seu contexto físico e social de forma recíproca. Nesse sentido, não é o ambiente uma variável a mais para o estudo do comportamento, mas existe uma imbricação, em que indivíduo e ambiente se afetam.

É nessa linha de análise que Moser (1998, p. 121-122) toma por base para compreender e conceituar a Psicologia Ambiental como “área de conhecimento [que] estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações e não somente as relações entre as pessoas e o meio físico e social”.

Dessa forma, estudar Psicologia Ambiental seria investigar as reciprocidades entre pessoa e ambiente, ou seja, as pessoas agem sobre o ambiente, influenciam-no, reestruturam-no, ao passo que o ambiente também influencia esta pessoa, possui um efeito sobre ela, pode modificar o comportamento ou as condutas.

Essa compreensão dá ênfase ao fato de que a Psicologia Ambiental não estuda o ambiente como foco único e particular ou o indivíduo restrito aos seus processos mentais. Mas, ambiente e indivíduo são analisados no nível das inter-relações entre eles, em suas dinâmicas específicas. Essa área, enquanto área de estudo do comportamento humano, também dirige sua atenção aos efeitos do ambiente sobre os comportamentos individuais, dando margem para a investigação acerca das percepções, representações sociais, atitudes ou avaliações de ambientes construídos. As pessoas não simplesmente respondem a estímulos ou condições ambientais, mas, por serem parte do entorno, passam a influenciar e intervir em seu próprio ambiente físico-social.

Nesse sentido, essa área engloba inúmeras reflexões e construções teórico-práticas, relativas ao comportamento dos indivíduos em uma inter-relação dinâmica com o ambiente e com suas relações sociais. As formas de as pessoas agirem sobre o ambiente, seja ele construído ou natural, implica o enfrentamento de problemas práticos, os quais podem se vincular à necessidade de preservar esses ambientes, construí-los, reconstruí-los, qualificá-los.

Essas atividades no ambiente implicam o envolvimento das inter-relações dos indivíduos no mesmo, visto o aspecto da reciprocidade pessoa-ambiente. Nesse contexto, é que a Psicologia Ambiental, como prática profissional, tem como um de seus objetivos estudar as relações humano-ambientais, de forma a propiciar elementos que contribuam para a compreensão das pessoas em seu ambiente, bem como os seus desenvolvimentos no contexto físico-social.

A Psicologia Ambiental ao focar sua atenção na relação pessoa-ambiente traz para a disciplina o encargo de saber de que forma essa relação irá conceber esse humano. Ou de que forma a própria Psicologia Ambiental irá definir seus pressupostos nos estudos dos fenômenos psicológicos nos ambientes.

Pensar o fenômeno psicológico a partir de uma concepção histórico-cultural é refletir na abordagem histórico-cultural da Psicologia, na qual o ser humano é inserido no social, de

forma que não seja concebido dicotomicamente. Dessa forma, a subjetividade se constrói e se constitui na relação dos sujeitos com o mundo, materializando-se através da atividade humana, da linguagem, da afetividade.

A partir dessas reflexões, ter como foco de estudos a inter-relação pessoa e ambiente construído e natural é abranger também a concepção histórico-dialética, engendrada na reciprocidade pessoa-ambiente. Isso porque a relação que se dá entre pessoa e ambiente constitui uma relação de reciprocidade, na qual o indivíduo é afetado pelo ambiente (seja o ambiente residencial, de trabalho, ambiente urbano) e, de outra forma, o indivíduo também afeta o ambiente, transformando-o, intervindo. Dessa forma, estudar Psicologia Ambiental é também investigar estas reciprocidades.

Essa compreensão dá ênfase ao fato de que a Psicologia Ambiental não estuda o ambiente como foco único e particular ou o indivíduo restrito aos seus processos mentais. Mas, ambiente e indivíduo são analisados no nível das inter-relações entre eles, em suas dinâmicas específicas.

Essa área, enquanto área de estudo do comportamento humano, também dirige sua atenção aos efeitos do ambiente sobre os comportamentos individuais, dando margem para a investigação acerca das percepções, representações sociais, atitudes ou avaliações de ambientes construídos.

Concepção Histórico-Cultural da Relação Pessoa-Ambiente

Com efeito, não se pode empreender os estudos em Psicologia Ambiental sem observar a reciprocidade pessoa e ambiente. A concepção histórico-cultural da relação pessoa-ambiente leva em conta que este ambiente, construído socialmente, denota uma dimensão de uma subjetividade que se faz na relação com o mundo, representando o potencial de intervenção das pessoas para a transformação da realidade, ao mesmo tempo em que as pessoas transformam a si mesmas.

Moser (1998, p. 123-124) assinala uma dimensão temporal e histórica presente nos estudos da Psicologia Ambiental, na qual “em Psicologia Ambiental a noção de história é importante. Não se deve esquecer que é através de sua história residencial que o indivíduo constrói uma identidade residencial, que vai influenciar a sua percepção e a sua avaliação da residência atual”.

A historicidade, neste caso, leva em conta o conjunto de elementos no ambiente que o indivíduo teve contato ao longo do tempo e que ele os elegeu como constitutivos de suas percepções. Uma historicidade do ambiente que atua sobre o mundo interno dos indivíduos, resultando em maneira de estar e conceber esse ambiente.

Todas essas questões fazem referência ao fato de que o indivíduo visto pela Psicologia Histórico-cultural constitui um indivíduo que constrói sua “subjetividade socialmente em uma relação dialética entre ele e a sociedade e suas instituições” (Lane, 2002, p. 17). E também, pode-se dizer, em uma relação dialética entre indivíduos e os ambientes.

Segundo Tassara e Rabinovich (2003, p. 26), “o ambiente objetivo não é o ambiente do sujeito, mas o substrato de como o ambiente vai se tornar algo do sujeito. Trata-se de analisar a construção da subjetividade em seu aporte material [...]”. Desse modo, o ambiente não se constrói por si mesmo. Indivíduo e ambiente estão em processo de construção recíproca. Não é uma interação passiva, na qual ambos convivem e um vai se construindo em particular, recebendo apenas influências mútuas.

Em uma compreensão psicossocial, ambiente e indivíduo se interpenetram, sendo que daí resulta a interação de fatores psicossociais e ambientais que constroem a própria identidade dos indivíduos. A atuação da Psicologia Ambiental coloca em evidência essa concepção de ambiente, na tentativa de se romper com a dicotomia subjetividade e objetividade. Assim, as categorias de análise estudadas na Psicologia Ambiental, como por exemplo, identidade de lugar, simbolismo do espaço, afetividade (sentimentos e emoções), entre outros elementos, são utilizados no estudo do ambiente construído e natural.

Categorias da Psicologia Ambiental

1.1 Identidade de Lugar

Várias categorias estudadas pela Psicologia Ambiental fundamentam os prováveis efeitos que os espaços podem proporcionar ao indivíduo. A princípio, mediante a compreensão de que os lugares, os espaços constituem extensões dos sujeitos em um processo recíproco de identificação, no qual se constroem modos de subjetivação em um processo de afetação recíproca entre o espaço construído e os indivíduos, pode-se assinalar que intervir em um ambiente é também se ter como alvo o indivíduo ou a coletividade.

Pensando desse modo, pode-se levar em conta conceitos relativos aos processos de identificação que se estabelecem nos lugares. Para uma melhor compreensão acerca da identidade de lugar, Tajfel (1981, p. 292) propõe o conceito de identidade social: “é aquela

parte do autoconceito de um indivíduo que se deriva do conhecimento de sua pertença a um grupo ou grupos sociais, juntamente com o significado valorativo e emocional associado a esta pertença”.

O indivíduo, dessa forma, ao se sentir pertencente a um grupo passa a se considerar parte de um conjunto de elementos que encontra nesse vínculo social, de modo que formula congruências em sua maneira de agir, de pensar, atribuindo o significado valorativo a que Tajfel se refere.

Nesse sentido, Valera e Pol (1994) vinculam o conceito de identidade social ao conhecimento feita pelo indivíduo de sua pertença ao entorno concreto, juntamente com o significado valorativo e emocional associado a estas pertenças. A esse sentimento de pertença segue, segundo Pol (1992) um processo de identificação simbólica, na qual supõe uma identificação do sujeito com os espaços que incluem processos afetivos, cognitivos e interativos.

Dando continuidade a essa concepção, Pol, Valera e Vidal (1999) entendem esse processo de identificação vinculando-o com os entornos (identidade social urbana):

“a identidade social de um indivíduo também pode derivar-se do conhecimento de sua pertença a um entorno ou entornos concretos, juntamente com o significado valorativo e emocional associado a essas pertenças”.

Em consequência, um conceito que se associa a essas definições é o de “identidade de lugar”, considerada por Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983, p. 81), como sendo: uma subestrutura da identidade do *self* e consiste em um conjunto de cognições referentes a lugares ou espaços, onde a pessoa desenvolve sua vida cotidiana e em função das quais o indivíduo pode estabelecer vínculos emocionais e de pertença a determinados entornos.

Dessa forma, identificar-se com um lugar é estabelecer com ele um vínculo que está na ordem da valoração simbólica do indivíduo, do sentimento, da sensação de que o sujeito entende e percebe o lugar como algo que é seu; e que o próprio lugar diz sobre o indivíduo aquilo que ele é.

1.2 Simbolismo do Espaço e Apropriação

O simbolismo do espaço engloba a identidade de lugar e a apropriação do espaço. Segundo Pol (1992, p. 18), “o processo de identificação simbólica supõe uma identificação do sujeito com o espaço que inclui processos afetivos, cognitivos e interativos”. Isso quer dizer que, ao se identificar com o espaço, o sujeito propicia um processo de conversão do ambiente

anteriormente alheio a um lugar agora significativo para ele, podendo atuar sobre o mesmo, dando-lhe um significado pessoal.

A apropriação do espaço é definida como sendo: o sentimento de possuir e gerenciar um espaço – independentemente da propriedade legal – por uso habitual ou por identificação (Korosec, 1986). Pol (1992) acrescenta ainda que a apropriação do espaço pressupõe dois processos circulares: o de ação-transformação e o de identificação. A primeira fase prevalece a modificação do espaço sobre o sujeito. Nesse momento, o espaço dá um significado para os sujeitos. Em uma segunda fase, os sujeitos tentam se identificar com a significação criada. Nessa fase, pode-se estabelecer resistência que envolve a dimensão afetiva, os vínculos afetivos buscam se reconfigurar e uma reorientação é dada ao espaço.

Apropriar-se implica o reconhecimento do indivíduo no lugar, propiciando atitudes de conservação e de cuidado com o mesmo. O espaço, então, pertence ao sujeito, podendo este dispensar sobre aquele um olhar de familiaridade e de semelhança. Dessa forma, o individual e o coletivo possuem uma relação de continuidade com o espaço em que estes se apropriam. Pol (1992) fala de um simbolismo “a priori” e um simbolismo “a posteriori”. O simbolismo a priori diz respeito à criação de um espaço com uma significação pré-estabelecida. O simbolismo a posteriori se refere àqueles espaços que tem um papel ativo no mundo referencial de uma coletividade ou do indivíduo através do tempo.

A partir desses conceitos anteriormente comentados, pode-se compreender como as intervenções nos ambientes interferem na subjetividade. Quanto aos ambientes urbanos, Pol e Íñiguez (1993), têm por base que as intervenções nesses ambientes afetam diretamente a maioria da população, alterando o nível de qualidade de vida na cidade.

Segundo esses autores, a tomada de decisões acerca de programas de intervenções no ambiente urbano ainda não vem acompanhada por um estudo de impactos previsíveis na população. Na maioria das vezes, projetam-se grandes obras consultadas somente por uma equipe técnica, pouco conectada com a vontade da população.

De fato, quem irá conviver diretamente com as mudanças dos ambientes, advindas de um processo de intervenção, serão as pessoas do entorno, os cidadãos que, anteriormente às intervenções, possivelmente, já mantinham com o espaço elementos de identificação. Desse modo, quando em uma intervenção não se levam em consideração os aspectos de identificação simbólica, do simbolismo do lugar, da preocupação com o processo de apropriação do espaço pelos cidadãos, mediante uma etapa anterior que proporcione a participação das pessoas através do levantamento de suas opiniões, desejos e expectativas

frente ao espaço futuramente transformado, essa intervenção pode vir a não ser bem aceita pelas pessoas.

Com efeito, a maneira como as pessoas irão implicar-se e compreender o novo espaço, simbolizá-lo e, por fim, valorá-lo, sintetizará as atitudes de conservação, senso de utilidade e sentido do ambiente transformado. Analisando desse modo, levantar esses aspectos em um processo de intervenção ambiental significa preocupar-se com efeitos menos onerosos estrutural e simbolicamente, no que diz respeito à manutenção da obra ou do ambiente.

Não adianta nada o investimento público em grandes obras no ambiente urbano, se essas obras não dizem algo a respeito da cidade ou da coletividade que ali vivencia suas experiências. Essas intervenções também colocam em pauta o aspecto relativo à qualidade de vida urbana, uma vez que esta se vincula aos efeitos dos aspectos físicos sobre o comportamento dos indivíduos. A respeito disso, Pol e Íñiguez (1993, p. 4) apontam:

[...] Partimos de la base de que el diseño de una intervención en el vacío, es decir, sin tener en cuenta al usuario, puede propiciar un ejercicio artístico de gran relevancia o la manifestación del voluntarismo y del paternalismo mejor intencionado, pero no un trabajo serio tendente a la mejora de la calidad de vida de las ciudades y sus habitantes [...].

Essas intervenções no vazio, como denomina os autores, podem fomentar processos de não identificação dos indivíduos com os espaços. Esses processos direcionaram a maneira como as pessoas irão implicar-se e compreender o novo espaço, simbolizá-lo e, por fim, valorá-lo, sintetizando as atitudes de conservação, senso de utilidade e sentido do ambiente transformado.

Dessa forma, no processo de remodelamento de quaisquer que sejam os ambientes – não necessariamente o urbano - têm-se que levar em conta que processos intersubjetivos se constroem e se estabelecem em torno daquela transformação espacial, de forma que ambientes transformados poderão tornar espaços - antes agregadores - para espaços fragmentados e distantes das pessoas.

Bem-estar Subjetivo e a Psicologia Ambiental

A noção de qualidade de vida permeia condições materiais ou objetivas definidas como adequadas para o indivíduo. No entanto, apesar da importância de se colocar em discussão esses aspectos, há uma tendência em se focar apenas a dimensão objetiva como estratégia de elevação de qualidade de vida, sem evidenciar e compreender a importância que

os aspectos subjetivo-perceptuais e afetivos subjacentes aos aspectos objetivos do entorno possuem.

Pensando desse modo, é na experiência que as pessoas têm de sua própria forma de vida e no valor que deposita nessa experiência que a qualidade de vida pode ser determinada. Transpondo-se do nível social para o individual, o estudo da qualidade de vida vincula-se ao estudo do bem-estar subjetivo. O bem-estar subjetivo constitui um componente básico de qualidade de vida.

Este bem-estar, também denominado de bem-estar psicológico por Casas (1996), diz respeito a aspectos mais subjetivos, um fenômeno psíquico particular de cada pessoa, do que se obtém informação de forma individualizada, diferentemente da noção de bem-estar social que faz referência a um fenômeno coletivo. Os indicadores de bem-estar não são necessariamente aspectos objetivos do ambiente, mas também os indicadores subjetivos do indivíduo, identificados como indicadores psicossociais, apontam nesse ambiente uma maior ou menor qualidade de vida.

Nesse sentido, inclui-se a Psicologia Ambiental na compreensão dos ambientes além de seu aspecto meramente objetivo. Os aspectos psicossociais levam em consideração elementos cognitivos, subjetivos e afetivos relacionados ao ambiente construído. O entorno faz parte, assim, a partir de uma perspectiva psicossocial histórico-cultural da Psicologia Ambiental, da dimensão da identidade dos indivíduos.

O foco dado às investigações da Psicologia Ambiental ao analisar e aprofundar essa interação simbólica, afetiva, perceptiva dos indivíduos aos ambientes colabora no sentido de fornecer subsídios psicossociais para as decisões no planejamento de novos ambientes. A Psicologia Ambiental pode contribuir para que técnicos e urbanistas analisem que as transformações espaciais não podem ser definidas longe dos processos de construção subjetiva dos indivíduos nos ambientes construídos, nos quais os indivíduos mantêm com estes vínculos cognitivos, simbólicos, afetivos.

Categorias histórico-culturais na compreensão dos ambientes

O olhar sobre os ambientes desencadeia impressões diferenciadas. Alguém, eventualmente, poderá passar por uma rua de sua cidade e dali seguir seu caminho como se tivesse andado em um corredor vazio. Ou, de outra forma, essa mesma pessoa poderá entrar em outra rua e se deparar com afetos, que a fazem retardar seus passos, implicar-se naquele

espaço e perceber que este possui algo dela mesma, um conteúdo subjetivo, resultado de alguma experiência sua naquele ambiente.

Aquele espaço diz sobre essa pessoa, segreda-lhe em sua historicidade, desvenda-lhe que ela está ali o tempo todo, e, mesmo que esteja longe, aquela rua falará sobre ela, testemunhará suas experiências e sentimentos ali vividos, ao passo que a pessoa também levará internamente aquela rua por toda a sua vida.

Como diz Sawaia (1995, p. 21): “[...] os espaços construídos formam discursos e manipulam impulsos cognitivos e afetivos próprios [...]”. Os muros de uma cidade, seus contornos, suas formas tornam-se representativos ou com uma significação não devido a *designs* que foram criados ou ao empenho do urbanista, mas a um encontro de identidades que se constroem na relação com o ambiente, no qual os indivíduos experienciam sua própria história.

É o que afirma Bomfim (2003, p.43): “a cidade é o cenário onde os indivíduos vivem suas experiências cotidianas [...]”. Essa perspectiva experiencial da cidade consiste, antes de tudo, em vivenciar o urbano, construindo a si mesmo a partir dele, em um processo de criação e recriação.

Essa qualidade da experiência, na qual a implicação com o ambiente construído leva os indivíduos de uma situação de estranhamento a uma sensação de familiaridade com o mesmo, eleva esse mesmo ambiente, mediante a classificação perceptual e sensível, da categoria de espaço a lugar.

Para compreender melhor o movimento, que se constrói de espaço a lugar, pode-se exemplificar uma dada situação de uma pessoa míope tentando visualizar um objeto a certa distância, o qual já o conhecia e que fazia parte de sua vida. Quando a pessoa está sem suas lentes, ela tem um comportamento de estranheza ou indiferença frente ao objeto. Nela, não se lhe desperta qualquer tipo de sentimento de bem-estar que a deixe confortável a ponto de interagir com o objeto; a pessoa não o conhece, não o valorou, não o sentiu. No entanto, quando essa mesma pessoa míope coloca suas lentes, a mesma avista o objeto, reconhece-o, interage com esse, sente-o como sendo participante de suas experiências, de sua subjetividade.

Da mesma forma acontece quando transformamos os espaços em lugares. Podemos passar pelos ambientes e não os reconhecer, não os valoramos se não temos com ele um conhecimento mais próximo, o qual os implique em uma dimensão existencial vivida com ele.

Tuan (1983, p.6) afirma que “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. E quando valoramos um ambiente, colocamos ali mais do que nossos pensamentos. Aliados a estes, colocamos

nossos sentimentos e emoções como mediadores também de um processo de conhecimento ou de reconhecimento de nós mesmos nesse ambiente.

Tuan (1983, p.11), ao falar sobre isso analisa que:

[...] é uma tendência comum referir-se ao sentimento e pensamento como opostos, um registrando estados subjetivos, o outro reportando-se à realidade objetiva. De fato, estão próximos às duas extremidades de um continuum experiencial, e ambos são maneiras de conhecer.

É exatamente nessa discussão sobre os limites entre a realidade objetiva e subjetiva, na qual o discurso da objetividade da ciência ensejou demarcar o cientista como sujeito neutro e externo ao seu objeto de estudo, que se insere no presente estudo a compreensão de uma Psicologia que afirme “o homem como sujeito” (Gonçalves, 2001, p.37).

Investiga-se aqui a afetividade enquadrada na compreensão histórico-cultural na tentativa de superar a dicotomia entre a objetividade e subjetividade, que dualiza o sujeito e objeto na compreensão tradicional da Psicologia sobre o indivíduo.

A Psicologia histórico-cultural concebe o psiquismo a partir uma construção social, na qual situa o homem como agente transformador de sua própria história. Não existe uma visão determinista em que o homem está voltado para dentro de si mesmo, construindo internamente seu conteúdo psíquico (Gonçalves, 2001).

Conceber o indivíduo em uma compreensão histórico-cultural da Psicologia é entender que seu processo de construção da subjetividade é interno e externo, individual e social, formulado na relação com os outros indivíduos no momento histórico e material que sua realidade lhe oferece.

Ao se inserir em sua realidade concreta o homem se relaciona com outros homens, efetua experiências que dão contorno ao seu mundo psicológico, interferindo nesse mesmo mundo, transformando-o. Esse processo denomina-se atividade, que juntamente com a consciência e a identidade, formam as categorias fundamentais para a compreensão histórico-cultural do psiquismo. Para Góis (1993, p.37):

[...] nesse processo de transformação do real [...], o homem apropria-se da realidade e modifica-se através dela para transformá-la e novamente apropriar-se e modificá-la. Constrói-se e constrói seu mundo de modo cada vez mais consciente.

É nessa experiência da atividade socialmente realizada em seu contexto de vida, em sua historicidade, que o indivíduo torna-se sujeito, transformando a natureza, produzindo os elementos de sua existência material e espiritual. Nesse percurso, o homem produz idéias, relaciona-se socialmente e apreende cada vez mais sua realidade.

Esse processo de apreensão da realidade objetiva caracteriza a consciência. Para Aguiar (2001, p.98) “É através da atividade externa que se criam as possibilidades de construção da atividade interna”. Essa forma de construção da natureza psicológica – do social para o individual, do externo para o interno demarca a constituição do sujeito.

Esse processo é continuamente mediado pelas relações sociais e participa da natureza da consciência. A fim de aprofundar a consciência do mundo, o homem utiliza-se da compreensão dos signos, os quais constituem pontos de contato entre o indivíduo e a atividade instrumental do meio em que vive.

Esses signos colocam a linguagem como elemento ímpar no processo de construção de consciência do sujeito, além de ser mediadora do movimento de internalização da atividade social dos indivíduos.

Sendo assim, para que se processe a construção do sujeito, um dos importantes elementos de mediação com o contexto social é a linguagem. Esta constitui, como afirma Aguiar (2001, p.130) a “mediação da subjetividade e instrumento produzido social e historicamente, materializando, assim, as significações construídas no processo social e histórico”. Isso resulta na importância da linguagem ser instrumento de mediação nas relações sociais dos indivíduos, nas quais esses irão significar seus contextos da realidade no processo histórico de suas vivências.

De acordo com Lane (1999, p.32):

A linguagem, como produto de uma coletividade, reproduz através dos significados das palavras articuladas em frases os conhecimentos – falsos ou verdadeiros – e os valores associados a práticas sociais que se cristalizaram; ou seja, a linguagem reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social.

A linguagem constitui, portanto, uma forma de comunicação da coletividade. No ato da linguagem, as palavras perpassam pelo pensamento, constituindo, na fala do sujeito, o significado da fala. Esse significado é a unidade do pensamento e da linguagem (Aguiar, 2001).

Ao lado dessa categoria mediadora com o mundo externo, a perspectiva histórico-cultural propõe que também a afetividade (as emoções e os sentimentos) como aliada, juntamente com a linguagem e o pensamento, ao processo de conhecimento do mundo.

Agora retomando Tuan 1983, p 6) quando diz haver um “continuum experiencial, e ambos (sentimento e pensamento) são maneiras de conhecer”. Em uma visão tradicional da

ciência, essa possibilidade do conhecimento torna-se inviável, uma vez que os afetos colocam-se como opostos à busca de uma racionalidade e compreensão do mundo.

Vygotsky (1991) propõe, em uma perspectiva longe da dicotomia razão e emoção, o processo de formulação do pensamento a partir do motivo, ou seja, da intencionalidade, dos desejos do indivíduo, de suas emoções. Bomfim (2003, p. 51) analisando esse autor, afirma: “Não se separa o intelecto do pensamento e da emoção e estas dimensões estão interligadas na compreensão do psiquismo humano”.

Dessa forma, a consciência do mundo perpassa pelo acesso ao sentimento ao pensamento e, de outra forma, o pensamento pode também acessar sentimentos e emoções que abrangem o conhecimento e a apreensão do mundo externo. Pensamento e sentimento caminham na mesma vereda de processamento de assimilação, aquisição e transformação da realidade concreta, proporcionando um potencial de ação dos indivíduos nessa realidade.

Quanto a isso, Vygotsky (1991) pontua a afetividade como fator subjetivo de base “afetivo-volitiva”. Tanto a afetividade, a linguagem e a atividade constituem, segundo esse autor, mediações entre a realidade concreta e a dinâmica interna do sujeito.

Pensando essa relação entre a ação dos indivíduos e os sentimentos e as emoções é que se construiu, a partir das reflexões de Sawaia (1999), o conceito de potência de ação (alegria) e potência de padecimento, nas quais o afeto pode ser deflagrador do modo como os indivíduos irão se posicionar e agir frente à realidade. Os afetos proporcionam também o conhecimento do ambiente imediato através dos sentidos, valorando-os de forma a apreendê-los.

Isso faz com que os indivíduos tenham base para conhecer o mundo circundante e, assim, realizem suas atividades, favorecendo e regulando sua comunicação e interação social com outras pessoas, além de identificar as características importantes do ambiente cotidiano.

CONSIDERAÇÕES

Nesta reflexão, colocou-se em evidência os aspectos subjetivos históricos-sociais culturais dos indivíduos nos ambientes, abarcando a área de estudos da Psicologia Ambiental. Vimos que os espaços não estão alheios à dimensão subjetiva, afetiva e às relações intersubjetivas. Mudar os ambientes é efetuar mudanças nos indivíduos, pois os processos de mudanças ambientais também são modificações internas aos indivíduos.

Dessa forma, deve-se avaliar as possíveis intervenções ambientais, enfocando elementos psicossociais que possam contribuir para uma apropriação de espaço a priori e a

posteriori e contribuir preventivamente para uma melhor qualidade de vida. Quaisquer que sejam as mudanças nos ambientes, que sejam construídos ou naturais, estas devem ser feitas no sentido de proporcionarem uma continuidade histórica e afetiva dos indivíduos.

É nessa experiência da atividade socialmente realizada em seu contexto de vida, em sua historicidade, que o indivíduo se torna sujeito, transformando a natureza, produzindo os elementos de sua existência material e espiritual. Nesse percurso, o homem produz ideias, relaciona-se socialmente e apreende cada vez mais sua realidade.

Por fim, compreende-se que conviver nos ambientes perpassa pela humanização dos espaços, na medida em que os ambientes naturais ou construídos fazem parte dos processos de construção histórico-cultural das sociedades, imprimindo naqueles os aspectos subjetivos e afetivos das relações humano-ambientais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. J. Consciência e atividade: categorias fundamentais da Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia sócio-histórica (uma perspectiva crítica em Psicologia)**. São Paulo: Cortez, 2001.

BERTINI, F. M. A. **Mudanças Urbanas e Afetos: Estudo de uma cidade planejada**. Tese de Doutorado em Psicologia Social – Pontifícia Universidade Católica/ PUC. São Paulo, 2015.

BOMFIM, Z. A. C. *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo, 2003.

ESPINOSA, B. **Ética demonstrada segun el orden geométrico**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1996

GÓIS, C. W. L. **Noções de psicologia comunitária**. Fortaleza: Viver/Edições UFC, 1993.

GONÇALVES, M. G. A Psicologia como ciência do Sujeito e da Subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia sócio-histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)**. São Paulo: Cortês, 2001.

GONZALEZ REY, F. L. (org.). **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GUNTHER, G.; PINHEIRO, J.; GUZZO, G. **Psicologia ambiental – entendendo as relações do homem com seu ambiente**. São Paulo: Alínea, 2004.

LANE, S. T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. *In: Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1994

LANE, S. T. M. A dialética da subjetividade *versus* objetividade. *In: FURTADO, O.; LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

KOROSEC, S. P. L' Appropriation de l'espace. **IAPC – 3** Strasbourg- Louvain la Neuve, CIACO, 1986

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998.

POL, E. El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. *In: Anuário de Psicologia*, Barcelona, 1994.

POL, E. La apropiación del espacio. **Revista Família y Sociedad**, p. 233-249, 1992.

POL, E; VALERA, S.; VIDAL, T. Psicología Ambiental e processos psicosociales. *In: MORALES, J. F. Psicología Social*. Madrid: McGraw – Hill, 1999. 317-334.

PROSHANSKY, H. M., FABIAN, P; KAMINOFF, L. Place-Identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, v. 3, p. 57-83, 1983.

SAWAIA, B. B. A afetividade como fenômeno ético-político e *locus* da reflexão crítico-epistemológica da psicologia social. **International Journal of Critical Psychology**, 2002. (no prelo).

SAWAIA, B. B. O calor do lugar, segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva: questões urbanas, os sentidos das mudanças**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 20-24, abr./jun. 1995.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político. São Paulo: **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)**, 1999.

SAWAIA, B. B. **Por que investigo a afetividade**. São Paulo: PUC/SP, 2000.0 (Texto apresentado para concurso de promoção na carreira para a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUCSP).

TAJFEL, H. **Grupos humanos y categorías sociales**. Barcelona: Herder, 1981.

TASSARA, S.; RABINOVICH, T. Perspectivas da psicologia ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 339-340, 2003.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.